

APRESENTAÇÃO: DIVERSIDADES ESSENCIAIS

Se a identidade evidencia diferenças culturais, também é possível considerar outros fatores importantes que contribuem para ressaltar diversidades. Em *Memória e identidade*, Joël Candau (2016) defende que a memória é uma importante fonte de contribuição para a constituição (ou ressignificação) da identidade, o que aponta para uma heterogeneidade identitária conforme as experiências individuais (ou coletivas) e culturais. A confluência desses dois elementos ocorre, ainda segundo Candau, em “lugares privilegiados” – ou seja, em espaços de interação humana. Tais espaços podem forjar uma narrativa identitária representada pela memória nacional. Há, ainda, a desterritorialização, suscitada pelas migrações, pelo exílio e pela diáspora, cujos espaços de circulação transnacionais são produtores de identidades e memórias transculturais. A partir das teorias do pós-humano/humanismo, a evocação da metáfora do ciborgue – essa figura perturbadora e ameaçadora concebida pela cientista filósofa Donna Haraway (1991), em seu já clássico “Manifesto ciborgue” – contribui como modelo para examinarmos as novas construções do sujeito pós-orgânico, que impulsionam a humanidade para além do humano e concebem a consciência e a memória como cada vez mais externas ao corpo. Visto por esse viés, o espaço privilegiado de interação seria dentro da máquina. As novas formas de tecnologia, e as novas formas de pensamento que lhe são sincrônicas, podem gerar não somente novas subjetividades, como novas pedagogias de dominação. Podemos, a partir do descentramento do humano, problematizar o espaço de interação humana como sendo o “local da cultura” privilegiado. Ainda podemos acrescentar esse novo paradigma a ecocrítica, e sua contribuição para conceitos como cosmopolítica e entre ontologias, cujos principais postulados são a desierarquização da singularidade da subjetividade humana e o questionamento de quem ou o quê tem direito de participar na composição do mundo comum, nos desafiando a encarar o fundamento inerentemente antropocêntrico com que construímos a cultura ocidental, e apontando para continuidades entre diferentes mundos humanos e não-humanos.

Todas as obras discutidas aqui assinalam precisamente o local da interação e, muitas vezes, da confrontação. Os artigos demonstram como identidade, memória e espaço são três elementos que devem ser articulados às diversidades, cada vez mais

essenciais. A partir da relação entre esses elementos, apresentamos uma diversidade de pesquisas que, em diferentes medidas e com um leque variado de enfoques, tecem reflexões em torno desses três eixos temáticos.

O artigo que abre as **Identidades Essenciais** aqui abordadas nos leva à *deepest Africa* e a episódios ocorridos em princípios do século 20, envolvendo inquéritos parlamentares acerca da exploração desumana de nativos do Congo Belga, durante o reinado de Leopoldo II. **“Roger Casement e o Congo Belga: o trauma do imperialismo na ficção”** revela ao leitor uma intrincada trama, cuja interrelação de colonialismo, nacionalismo e homofobia culmina num depoimento em que, nas palavras da autora, **Mariana Bolfarine**, “a ‘testemunha ocular’ se torna uma ‘Eu-testemunha’”. A partir de 1895, Casement tornou-se cônsul do Reino Unido em vários países africanos e, no Congo, autorizado pelo Reino Unido, passou a investigar e relatar abusos dos direitos humanos perpetrados contra a população local. Bolfarine relata como o diplomata termina julgado (e enforcado) por ‘traição dupla’: como traidor do Império Britânico, por conta de sua denúncia e revolta contra práticas imperialistas e colonizadoras; e pelos relatos de seus *Black Diaries*, em que explicita sua homossexualidade. Digno de nota é como a experiência de Casement, ao testemunhar as atrocidades cometidas durante o reino genocida de Leopoldo II, ao ver-se confrontado com a alteridade colonizada e oprimida, leva-o a reafirmar sua própria marginalidade no espaço hegemônico, como irlandês e homossexual. Estudos sobre a figura instigante e controversa de Casement continuam provocando questões acerca de identidades culturais e de gênero e como estas se articulam com memórias do imperialismo e do colonialismo.

Ainda no contexto irlandês, vemos o ressurgimento do gótico, misturado a um *ethos* pós-colonial, como resposta aos problemas crescentes no terreno “doméstico” – o que pode envolver desde questões de independência nacional, econômicas e de gênero. Em **“Espaço pós-colonial (d)e resistência em *No pântano dos gatos...*, de Marina Carr”** também é discutida a importância do local da alteridade para a construção identitária. Contudo, se antes vimos um exemplo de narrativa muito afinada com a ideia de viagem, de distinção entre o familiar e o estrangeiro, agora temos o *bog* irlandês como palco onde são encenadas as contradições da modernidade. Como sabemos, uma das características predominantes da paisagem irlandesa é o pântano (*bog*). Os *bogs* representam não apenas o ecossistema predominante, mas também uma paisagem

cultural atávica. Assim, os pântanos da Irlanda funcionam como uma espécie de palimpsesto, com suas camadas arqueológicas servindo de testemunho para as complexas relações entre a natureza e a cultura humana. **Caio Antônio Nóbrega** e **Jenison Alisson dos Santos** apontam para a existência de um importante corpo de obras que podem ser incluídas no conceito de “literatura pantanosa”, argumentando que a peça de Carr insere-se no subgênero *bog gothic*. Se, por um lado, o gótico é o modo narrativo que deflagra o medo da degeneração cultural do Reino Unido, por outro, o gótico pantanoso encontra-se colado no gótico pós-colonial, com suas imagens de mulheres transgressoras que ameaçam expor o lado obscuro de contextos histórico-políticos. Para os autores, a peça de Carr explora o espaço tanto físico como metafórico e metafísico do pântano como local de liberação e luta das mulheres contra não só o patriarcado como também a ideologia neoliberal do breve período de prosperidade do Tigre Celta¹.

Lugar inóspito, território selvagem de bestas e feras ou refúgio pastoral de paz libertadora? Assim como o *bog* faz parte do arquivo arqueológico, imaginário e mnemônico irlandês, o *wilderness* é, além de paisagem hoje imaginária, um tropo essencial na narrativa identitária da América do Norte pioneira, desbravadora de outrora, que remonta à ideia histórica do significado da expansão americana para o Oeste. **Adolfo José de Souza Frota** e **Regina Barbosa Tristão** nos levam a trilhar as diversidades essenciais do conceito de *wilderness*, em seu artigo “**O significado cultural do wilderness e o pensamento ecológico em *Desert Solitaire: A Season in the Wilderness***”. Essa conceituação múltipla se desdobra, para desaguar numa discussão bastante atual: a questão do meio-ambiente, alavancada pela análise da obra de Edward Abbey. Em *Desert Solitaire*, um relato autobiográfico da década de 1960, quando foi guarda florestal, Abbey denuncia a exploração da região dos parques nacionais dos EUA, ancorada em uma cultura de interesses econômicos, possivelmente originada no século 19, com a corrida para o Oeste. O forte sentido de lugar e de pertencimento de Abbey ecoa os escritos de transcendentalistas como Thoreau, nos levando a refletir sobre a necessidade de novas identidades humanas, que considerem que “todas as coisas vivas na Terra são aparentadas”² – o que, por sua vez, ecoa a

¹O *boom* econômico irlandês durou, grosso modo, de meados dos anos 1990 até os finais da primeira década do século 21.

²No original: ...*that all living things on earth are kindred*. Cf. ABBEY, E. *Desert Solitaire*, disponível para leitura online via Bookmate: <<https://bookmate.com/books/VMXyWLOH>>

expressão “*making kin*”, da mais contemporânea Donna Haraway³, à qual ainda voltaremos.

Mas voltemos, brevemente, à narrativa de viagem. Contudo, como deixa claro o título do artigo “**‘O Ribeirinho’, de Elizabeth Bishop: um relato de viagem sem viagem**”, trata-se de uma viagem sem viagem, posto que é uma leitura poética do estudo etnográfico do antropólogo Charles Wagley, *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*, sobre a comunidade de Itá. Analisando a *poiésis* de Elizabeth Bishop, poeta estadunidense que residiu no Brasil ao longo de 20 anos, **Laissy Tainã da Silva Barbosa** lança mão do tropo pós-moderno da errância – que, em oposição à viagem, não tem destino ou itinerário certo, e é caracterizada pela perambulação, e pelo sentimento de não-pertencimento – para discutir o poema narrativo de Bishop “*The Riverman*”, criado a partir de sua ‘viagem’, em diversos níveis, ao universo descrito por Wagley. Um dos níveis digno de nota aqui é o intertextual, em que as duas obras dialogam, mesmo que isso não esteja, de pronto, evidente para o leitor. Nessa “viagem sem deslocamento”, dois olhares estrangeiros se cruzam, para revelar “a criação literária [de Bishop] em movimento”.

Em seguida, a poesia, também feminina, serve para aproximar distâncias, reposicionar pertencimentos e atravessar fronteiras físicas e imaginárias. “**Uma passagem por geografias confluentes/confluintes: identificações em questão**” apresenta os resultados parciais de três projetos de pesquisa envolvendo poesia contemporânea representativa de identidades femininas na Irlanda, em Portugal e no Brasil, buscando possíveis confluências – como as socioeconômicas, de marginalidades e identidade/identificação de gênero. Inspirando-se na ideia de *conflowence* do poeta, dramaturgo e crítico pós-colonial Edward Kamau Brathwaite, as autoras **Gisele Giandoni Wolkoff** e **Tania Giandoni Wolkoff** propõem um exercício de reflexão que aproxima diáspora, exílio, refúgio, migrações e as representações artísticas que os variados tipos de ruptura traduzem, particularmente na poesia feminina contemporânea. Tal reflexão é feita a partir do exercício da tradução e do conceito de transculturalidade – assinalando que não há como se realizarem estudos comparativos, sem levar em conta um mundo em que tudo muda de lugar, em que as constantes moções culturais e

³ Cf. HARAWAY, D. *Staying with the Trouble: Making kin in the Chthulucene*. Durham, NC: Duke UP, 2016.

étnicas nos obrigam a repensar conceitos fixos, a estar em permanente tradução e transculturação.

O bloco de artigos que vem a seguir apresenta, em diferentes medidas, e a partir de uma diversidade de perspectivas, reflexões em diálogo, tendo como eixo central a ameaça do fim. As opções, sugerem os autores, serão um mundo vazio de gente, ou um mundo em que a subjetividade humana já não será hegemônica. São trabalhos que problematizam o tripé identidade/espço/memória a partir da representação de identidades e memórias construídas no cenário extremo de paisagens devastadas.

Em meu artigo “**Mal de arquivo no Antropoceno: ecomemória especulativa**”, teço um breve panorama dos estudos da memória no século 20, visando a repensar o papel da memória cultural, a partir da virada do século 21. A partir dessa retrospectiva, argumento que o Antropoceno muda radicalmente os parâmetros dos estudos da memória, uma vez que ela agora vem permeada de um sentimento de fim. Como são afetados os “lugares da memória” de que fala Pierre Nora (1993), num cenário de perda, de ruína e devastação? O Antropoceno afeta os objetos da memória, a escala das lembranças e o humanismo subjacente aos estudos da memória. Dentro dessa dimensão e escala, opto por introduzir, juntamente com estudiosos como Crownshaw (2017) e Colebrook (2017), a noção de memória planetária. Tomando como fio-condutor *The Collapse of Western Civilization*, de Naomi Oreskes e Erick Conway (2011), busco demonstrar como, na literatura eco-especulativa, vemos representações da articulação entre, por um lado, inscrições humanas na Terra; e, por outro, as memórias culturais das etiologias de seus desdobramentos. Assim, as ecomemórias especulativas exerceriam uma função mediadora entre as duas memórias, a cultural e a planetária. A perspectiva fornecida pelo arquivo futuro será vital para a compreensão de nossa época. Como ficará registrado o impacto do ser humano como arquivo ou memória, na narrativa maior da Terra? Qual será nosso legado derradeiro? De devastação e (auto)destruição sem retorno, ou de adaptação e resiliência? Quem (ou o quê) guardará (narrará?) o arquivo dessa memória coletiva?

André Cabral de Almeida Cardoso também toca na ineficácia de dimensões e escalas tradicionais. Em seu artigo “**Entre a presença e a ausência: a estética da destruição em *Black River* e *The Cage***”, ele questiona a possibilidade de medir ou mapear um sistema que já se tornou vasto demais para ser compreendido. Estamos diante de um mundo cuja “complexidade e extensão desafiam nossa capacidade de

mapeamento, já que nossas referências tradicionais, ligadas a figuras espaciais e políticas de alcance local, nacional ou, no máximo, continental, já não se aplicam”. A partir desse enfoque, o autor discute os limites encontrados pelo ser humano em seu esforço para ordenar o mundo. Para tanto, ele analisa dois romances gráficos em que o gótico se articula (frequentemente de forma tensa) com o apocalíptico: *Black River*, de atmosfera francamente apocalíptica, que se passa em um continente nunca nomeado; e o claustrofóbico *The Cage*. Curiosamente, o primeiro, cuja presença de ruínas sinaliza antiguidade, ecoa a antiguidade do *bog*, na peça da irlandesa Carr, discutida no artigo de Caio Antônio Nóbrega e Jenison Alisson dos Santos, reafirmando as convenções temáticas e formais do gênero gótico e, ao mesmo tempo, encenando as contradições da modernidade. Isso nos traz para um tropo que se repete, na leitura dos dois romances gráficos: o sentimento de fim – não só pela devastação ecológica ou vazio das paisagens representadas em ambas as obras, como também pela inquietude e mesmo terror que provocam, ao levantarem a possibilidade de um mundo-sem-nós.

Um possível contraponto ao gótico pós-fim seria a literatura de liberação, como definida por Serenella Iovino, citada no artigo “**Subjetividade verde: ficção e identidade em *The Overstory***” – um fazer literário que contribui para a criação de novas formas de relação entre todos os seres, e cuja trajetória é pontuada por questões que impulsionem a humanidade para além do humano. Em sua análise de *The Overstory*, **Anderson Gomes Soares** defende a inserção do romance de Richard Powers como representante da literatura de liberação, argumentando que a obra problematiza a distinção entre “nós” e “eles”, no sentido de representar uma diversidade de identidades, tanto humanas como não-humanas, convivendo de forma não-hierarquizada, e enfatizando a fluidez entre natureza e cultura. *The Overstory*, argumenta Gomes Soares, articula o que ele denomina “subjetividade verde”, na medida em que a natureza passaria a ser, também, produtora de sentido (como o é para os ameríndios, lembremos). As árvores, por exemplo, seriam detentoras não apenas de habilidades ou características normalmente associadas a seres humanos (comunicação, sentimentos etc.), mas também teriam direito à proteção legal como qualquer indivíduo tem, ao menos em teoria, direitos humanos. A mudança do paradigma natureza x cultura faz-se necessária, no contexto do Antropoceno. Para tanto, o autor sugere a necessidade de se refazer a humanidade – não só no papel de catalizadora da crise ambiental, mas como responsável por reordenar conceitos como identidade, sujeito, objeto e atuação.

Ainda no âmbito da representação do Antropoceno na literatura, o artigo de **Marina Pereira Penteado** privilegia a vertente feminista da chamada ficção climática (*cli-fi*). Em seu artigo “**A ficção climática de Jeanette Winterson e a construção de uma memória do Antropoceno em *Deuses de pedra***”, a pesquisadora argumenta que a *cli-fi* produzida por mulheres, mesmo quando representa cenários de devastação causados pela força atropogênica, tende a ser menos pessimista. Ela pontua sua discussão de *Stone Gods*, da conhecida autora britânica Jeanette Winterson, com o trabalho de importantes críticas feministas, como Donna Haraway, Judith Butler e Alexis Shotwell, para demonstrar que boa parte da *cli-fi* feminina propõe políticas que poderiam responder aos problemas sistêmicos atuais na prática. Após super popularem e depletarem seu planeta, aos habitantes da fictícia Orbus é dada a oportunidade de refazimento do mundo. Isso nos traz ao tema recorrente da importância da memória para a reconstrução: “registrar o que destruiu o mundo também é importante no processo”, escreve a autora – ou, nas palavras de Shotwell, citadas em seu artigo, “memória é sobre o passado, mas triangula com dilemas do presente e de futuros incertos ainda por vir”. Muito marcante na discussão entabulada por Pereira Penteado é a sinalização de um *ethos*, e mesmo de uma pedagogia, presente na narrativa de Winterson (e frequente na literatura *cli-fi* feminina), que inspira práticas de responsabilidade e memória, para nossa criação potencial de futuros diferentes, e propõe revisões não só epistemológicas como ontológicas. Por exemplo, o romance de Winterson abre espaço para desorganizar as estruturas perversas de poderes do nosso mundo, ao sugerir a criação de uma outra história para o Antropoceno, em que todos os humanos – e mesmo não-humanos – se relacionam de forma includente, lembrando a conhecida expressão “*making kin*” (gerando parentesco) de Haraway. Afinal, se considerarmos que Darwin não fez qualquer descrição de espécies em passar por outras espécies, fica claro o parentesco orgânico entre todas as espécies. O reconhecimento das entre ontologias, então, seria uma forma de designar a cosmopolítica.

No artigo que abre essa seção – “**Entre King Kong e Gravidade: Lendo Resistências em *Beebo Brinker* de Ann Bannon**” – Ruan Nunes discute a obra de *pulp fiction* *Beebo Brinker*, publicada entre as décadas de 1950 e 1960, na forma de crônicas picarescas narrando as peripécias da lésbica *butch* homônima, recém-chegada da fazenda para a grande cidade. No clássico da teoria *queer*, *Closet Epistemology*, Eve Sedgwick chama a atenção para como a divisão que define homossexual x

heterossexual é o fator central de controle de virtualmente todas as identidades e organizações sociais. A maneira como a identidade gay feminina é construída, nos EUA dos anos 1950-60 – mulheres de vida secreta, socialmente isoladas, promíscuas, pouco ‘femininas’ – associava o lesbianismo ao deficiente, ao abjeto, e mesmo à loucura. Quando, inspirado na metáfora sugerida por Virginie Despentes, Nunes aproxima a identidade da criatura King Kong – um ser híbrido, diante da obrigatoriedade do binário – à identidade gay. Com isso, aponta para a divisão definidora de que fala Sedgwick (e, implicitamente, para a relação entre as teorias feministas e *queer*). O que ameaça, em King Kong, não é o perigo que representa para a ‘mocinha’, na medida em que a ameaça, para ambos, é o homem. Assim, a criatura precisa ser abatida, para que a mocinha não se ‘perca’ no espaço-entre. Como bem nota o autor, a sociedade capitalista ocidental decide quem merece fazer parte de seu sistema. Citando Butler, ele lembra que há sujeitos reconhecíveis como seres, ao passo que outros, por se encontrarem fora da moldura, dos espaços de reconhecimento, sequer são vistos como sujeitos. O conceito de biopoder de Foucault auxilia na compreensão das formas de exclusão abordadas no artigo: por um lado através de uma anátomo-política disciplinadora do corpo; e, por outro, uma biopolítica da sociedade. Beebo representa resistência, em um mundo que tenta disciplinar seu corpo, sua subjetividade e atuação.

Em “**Ghosts in Angels in America: Roy Cohn’s Malevolence**”, a memória aparece como espectro que ronda a América. Dialogando com a noção de memória de Walter Benjamin, em “Teses sobre a Filosofia da História”, **Vanessa Cianconi Nogueira** discute a peça *Angels in America*, focando na figura de Roy Cohn como catalisador satânico da peça de Tony Kushner, que se passa durante o ápice da epidemia da AIDS. Roy considera homens gays fracos – reforçando as observações de Sedgwick, no artigo anterior, de que todas as identidades sociais giram em torno do binarismo heterossexual x homossexual –, vangloriando-se de ter superado um ‘câncer de fígado’. Mas o segredo realmente tenebroso de Roy não é ser *closet gay*, e sim o de ter intervindo ilegalmente no julgamento de Ethel Rosenberg⁴, nos terríveis anos do macartismo, o que levou à sua execução. É o fantasma de Ethel que dá a dimensão política à obra-prima de Kushner: a eterna lembrança da barbárie, num mundo de

⁴Remeto o leitor interessado à matéria “1953: EUA executam casal acusado de espionagem”. <<https://www.dw.com/pt-br/1953-eua-executam-casal-acusado-de-espionagem/a860454#:~:text=No%20dia%2019%20de%20junho,%C3%A9%20preciso%20retroceder%20v%C3%A1rios%20anos>>

desencanto e repetição. O mundo de Tony Kushner é distópico: nele, a memória é um espectro que assombra a modernidade tardia, e nos faz confrontar o terror de a história se nos escapar. Para Benjamin, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Para a autora do artigo, isso ainda não aconteceu porque a humanidade não se redimiou das barbáries do passado, restando-nos ser rondados por um anjo vingativo que exige que paremos de mover, que paremos de evoluir.

O artigo “**Addressing social amnesia in *Slaughter house-Five*, by Kurt Vonnegut**” fecha estas **Identidades Essenciais** com um tema atualíssimo: o genocídio. Como na peça de Kushner, no romance de Vonnegut discutido por **Alan Medeiros Casteluber** e **Gracia Regina Gonçalves**, o fantasma do apagamento da memória também ronda a história. *Slaughter house-Five* é um romance confessional que relata o incidente em Dresden, por ocasião da Segunda Guerra Mundial⁵. Autor/narrador/testemunha confundem-se, para trazer à tona o ataque a Dresden, responsável pelo genocídio de cerca de 25 mil habitantes da cidade, em apenas uma noite, que a história oficial buscou apagar. A narrativa oficial é a de costume: soldados estadunidenses vistos como heróis honrados, que se sacrificaram em nome da liberdade. Contudo, a carnificina ocorrida em Dresden continua alvo de controvérsias. A atitude da personagem Mary (a quem é dedicado o romance), de negar a representação romantizada da guerra, nos chamados romances de guerra, encontra-se em sintonia com os questionamentos da política intervencionista dos EUA, escritos no período da contracultura dos anos 1960, quando Vonnegut publica seu relato ficcionalizado, e que coincide com a verdadeira carnificina que foi a Guerra do Vietnam. Ao recusar-se a contribuir para mais uma versão romantizada da guerra, ao dar vida a histórias de vida silenciadas, concluem os autores, Vonnegut realizou um trabalho de reconstrução da memória social.

Cabe assinalar que os três artigos da seção que fecha este dossiê temático nos inspiram a puxar os fios comuns com o primeiro artigo apresentado neste número da revista Porto das Letras: o genocídio, a amnésia social, e a construção de alteridades identitárias a partir da linha de fuga do binarismo heterossexual x homossexual. A

⁵Em 13 de fevereiro de 1945, a força aérea britânica lançou um ataque à cidade alemã de Dresden. Britânicos e seus aliados americanos despejaram quase 4 mil toneladas de bombas no ataque, já perto do final da Segunda Guerra Mundial. O bombardeio de Dresden se tornou uma das ações mais controversas dos Aliados no conflito. Alguns questionaram a importância militar de Dresden. Mesmo o primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, questionou o ataque.

tentativa de apagamento do assassinato em Dresden nos remete para o fato de que, até a década de 1990, nada se mencionava a respeito das atrocidades cometidas no Congo, durante o reinado de Leopoldo II. Ethel, Roger Casement, e o narrador de *Slaughterhouse-Five* são espectros que rondam a história, nos lembrando das atrocidades cometidas durante a guerra, durante a colonização, durante o macartismo. A linha de fuga do biopoder e da biopolítica contra o corpo que recusa a normatividade sexual, como vimos em Casement e Beebo, dá-se a partir de uma identificação/identidade com a alteridade, com a marginalidade do Outro.

Assim, chegamos ao final dessas **Identidades Essenciais** com a certeza de que as pesquisas apresentadas aqui contribuem para um diálogo vigoroso e atual acerca das diversas maneiras que podemos conceber e imaginar identidade, espaço e memória – com seus pertencimentos, linhas de fuga, circulações, embates, arquivos esquecidos e ainda por construir.

Sonia Torres

Universidade Federal Fluminense/CNPq